

# A origem do Movimento de Natal, do MEB e da colusão do catolicismo com o marxismo

The origin of the Natal Movement and the MEB and of the collusion of Catholicism with Marxism

Renato Amado Peixoto<sup>1</sup>

## RESUMO

---

O Movimento de Natal consubstanciou a primeira iniciativa de ensino à distância de massas e da Pastoral de Conjunto da Igreja Católica, tendo sido ainda o predecessor do Movimento de Educação de Base uma iniciativa conjugada da CNBB e do MEC que na década de 1960 utilizou o Método Paulo Freire e o pensamento do padre Henrique Vaz, juntando, nesse esforço, o catolicismo ao marxismo. Utilizamos o aporte teórico de Jacques Derrida e Roger Griffin para analisar as atividades, o contexto e as ideias da Arquidiocese de Natal nas décadas de 1930 a 1950, explicitando que essas atividades desencadearam a aproximação do catolicismo com o marxismo.

---

**Palavra-chave:** Movimento de Natal. Movimento de Educação de Base. Colusão. Gênese. Marxismo.

---

## ABSTRACT

---

The Natal Movement embodied the first mass distance learning initiative and the Joint Pastoral of the Catholic Church, having also been the predecessor of the Movimento de Educação de Base (MEB), a combined initiative of the CNBB and the MEC that in the 1960s used the Paulo Freire Method and the thoughts of Father Henrique Vaz, bringing together, in this effort, Catholicism and Marxism. We use the theoretical support of Jacques Derrida and Roger Griffin to analyze the activities, context and ideas of the Archdiocese of Natal in the 1930s to 1950s, explaining that these activities triggered the rapprochement between Catholicism and Marxism.

---

**Keywords:** Natal Movement. Movimento de Educação de Base. Collusion. Genesis. Marxism.

---

## Introdução

Este artigo visa descortinar as origens do Movimento de Natal e do Movimento de Educação de Base (MEB), bem como a aproximação destes com o marxismo, por meio de dois instrumentos conceituais e metodológicos, as ideias

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Professor titular de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisador do CNPq. E-mail: renatoamadopeixoto@gmail.com

de ‘gênese’, conforme a compreensão do filósofo francês Jacques Derrida, e, a de ‘colusão’, criada pelo historiador inglês Roger Griffin.

Procurar-se-á distinguir e pensar os insumos que instigaram a transformação da atuação e organização da Arquidiocese de Natal a partir da década de 1940, principalmente no que se refere ao conjunto de esforços baseados no protagonismo dos leigos e voltados à questão social. Nesse sentido, mostrar-se-á, ao contrário de parte da historiografia, que as práticas da Arquidiocese não eram apenas um disfarce do conservadorismo, voltadas para impedir a penetração das Ligas Camponesas e o avanço do Partido Comunista Brasileiro (PAIVA, 2000), mas que se desenvolvia uma via política autônoma, que aliava o marxismo ao catolicismo e que era de alternativa ao PCB. Também apontar-se-á, ao contrário de outra parte da historiografia, que o Movimento de Natal e o MEB não seriam iniciativas distintas (Fávero, 2006), mas a transformação, intermitente e descontínua de uma iniciativa local.

Outra diferença de nossa interpretação em relação a historiografia precedente é a incorporação das contribuições de um campo autônomo, o da “Religião e Literatura” [*Religion and Literature*], que nos auxilia a dialogar com um dos argumentos centrais das vertentes historiográficas anteriormente citadas, a teologia.

A primeira dessas vertentes historiográficas aponta a condenação ao comunismo expressa na encíclica *Divini Redemptoris* (1937) enquanto o *moto* das atividades da Arquidiocese de Natal (Paiva, 2000). Por sua vez, a segunda vertente utiliza as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) para explicar os princípios que moveram a CNBB e o MEB a imprimir um movimento distinto do Movimento de Natal (Fávero, 2006).

No caso, entendemos que o sentido mesmo da teologia e do religioso, entraram em colapso, na medida em que buscaram se tornar interessantes para os campos político, cultural e intelectual, e, ao mesmo tempo, se aproximaram da literatura, também em crise. A tradução norte-rio-grandense da encíclica *Mystici Corporis Christi* (1943) foi original e expedita, movida por circunstâncias e contextos extremos, e, com a originalidade, o sucesso e a evidência das iniciativas da Arquidiocese de Natal essa tradução saiu da periferia do campo católico do país para ser adotada pelo seu centro, possibilitando a produção de outros textos, desta vez em colusão com o marxismo.

## Premissas teóricas

Buscou-se colocar essas premissas a partir da comparação da pesquisa do autor deste artigo a respeito do caso brasileiro com as conclusões de José Zanca (2013) sobre o caso argentino, tomando como ponto de partida o exame da viagem de Jacques Maritain à América do Sul em 1936 (Peixoto, 2023a). Pensa-se, que se trata de um evento de inflexão no campo católico latino-americano,

com a diferença de que, na Argentina, o campo católico antifascista teria sido dinamizado pela visita do filósofo, enquanto no Brasil ela serviu mais para transformar as posições já comprometidas com aproximações à direita, como as exemplificadas nas falas e atuações do padre Hélder Câmara e dos intelectuais Alceu Amoroso Lima e Otto de Brito Guerra.

Nesse sentido, acredita-se que é necessário pensar essa inflexão no caso brasileiro por meio de uma analítica sensível às aproximações, transformações e tensões entre os campos político, religioso e literário.

Eric Ziolkowski nos apresenta ‘Religião e Literatura’ como um campo que se autonomiza desde a década de 1920, para se institucionalizar e estabelecer nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e China a partir da década de 1950. Esse autor nos mostrar que o campo se desenvolveu da aproximação entre Teologia e Literatura, que, inclusive, incluía o estudo da recepção da Bíblia nas suas primeiras décadas, recebendo o aporte da história em meados da década de 40, passando a privilegiar o estudo das antigas religiões monoteístas em geral e do cristianismo em particular. Receberia o aporte da crítica cultural e literária a partir da década de 60, quando passou, mesmo, a questionar os termos religião e literatura, e a enfrentar, também, o problema de como se falar desses termos. Por conseguinte, segundo Ziolkowski, a principal tendência do campo seria, exatamente, a ênfase em estudos que pensassem os efeitos da pós-secularidade, globalização, culturalidade e interdisciplinaridade na Religião e Literatura (Ziolkowski, 1998; 2019).

Ora, pensamos que uma analítica do caso da Arquidiocese de Natal deve não apenas reunir literatura, geografia, história e teologia, mas também considerar a importância das transformações internacionais que se impuseram sobre o local, as quais demandaram soluções adaptadas à cultura autóctone e a um contexto específico. São esses efeitos como esses, os quais devem, inclusive, considerar ritmos e espontaneidades – no sentido apontado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (Peixoto, 2023c), que encaminham à ‘tradução’ local da encíclica *Divini Redemptoris* e, nos levam a pensar essa tradução no concerto entre a literatura e a teologia. No caso, as demandas permitem as licenças em relação ao texto, o contexto e a cultura locais, elevando as possibilidades de encadeamentos e relações com outros textos e situações.

Mas, como se pensar a continuidade entre as atividades e as práticas pedagógicas híbridas do Movimento de Natal e as do MEB?

Segundo Paola Marrati, em suas primeiras investigações Jacques Derrida buscou refletir, a partir da obra de Husserl, sobre a tensão introduzida pelo conceito de “gênese”, envolvendo a ideia de “origem” e a da “transformação”, uma vez que esta questão seria mesmo a da relação do “tempo” com a “verdade”. De modo a enfrentar analiticamente a relação entre origem e verdade, Derrida intuiria que o respeito a “experiência originária vivida” [*le vécu originaire*] implicaria que os conteúdos transcendentais, ao invés de se arvorarem como fontes se constituiriam enquanto produtos da experiência, e que o movimento de

temporalização fosse o produto de uma contaminação do transcendental e do empírico. Por conseguinte, tanto o empírico quanto o transcendental seriam constituidores e constituintes, implicando no que Derrida chamaria, naquele momento, de “dialética sem síntese”: o objeto temporal seria formado por uma sucessão de impressões originárias, retenções, proteções, e de sentidos enterrados, que precisariam ser reavivados, uma vez que o movimento de temporalização tende a uma sedimentação do sentido (Marrati, 2005).

No caso da Arquidiocese de Natal, entendendo que esse sentido sedimentado é o da aproximação e confusão radical do religioso com o político assumindo diferentes feições, somente porque o trabalho do tempo foi passivamente constituído, assim, buscamos investigá-lo a partir de um referencial compatível com a ideia derridiana.

Nesta direção, o historiador inglês Roger Griffin partiu da teoria da “Religião Política” [*Political Religion*] – a qual nos apresenta a sacralização do fascismo e do comunismo no entreguerras, para desenvolver o conceito de “colusão” [*collusion*]: a confluência e síntese de posições antitéticas, com a transformação das crenças religiosas para que sua adaptação ao político (Griffin, 2015).

Griffin buscava discernir não apenas as razões de aproximação do cristianismo com o fascismo naquele período, mas considerar a sua aproximação com o político enquanto um processo intermitente e cuja produção é orientada e transacionada na direção de espécimes específicos do político.

Além do mais, a utilização da ideia de colusão como instrumento analítico permite que se trabalhe em uma perspectiva capaz de articular a categoria “Religião” a um metajogo do “Político”, nos possibilitando a ultrapassagem do discurso moderno que constituiu, para o historiador, uma autoidentidade secular, histórica e conceitualmente parasitária da invenção do “religioso” e da “Religião”. Essa perspectiva foi amplamente testada nos últimos anos no cerne da teoria da Religião Política e tem se mostrado bastante frutífera, tanto na explicação dos acontecimentos progressos quanto para aplicação na História do Tempo Presente (Peixoto, 2017).

Por fim, embora todos os estudos de Griffin tenham sido desenvolvidos no recorte do entreguerras e sobre objetos da extrema-direita, não há nenhum empecilho teórico ou metodológico para que a ideia de colusão seja utilizada, não apenas na análise de outras temporalidades, mas também no trabalho com espécimes políticos da extrema-esquerda. Portanto, considero que a aplicação da ideia de colusão à aproximação e confusão radical do catolicismo com o marxismo no Rio Grande do Norte das décadas de 1950 e 1960 é coerente com o sentido teórico e metodológico entrevisto por Griffin.

## A colusão do catolicismo com o marxismo

Às iniciativas da Arquidiocese de Natal, a partir de 1958, foi agregada uma prática pedagógica híbrida, que juntava o ensino à distância, transmitido por meio de emissoras de rádio, ao ensino presencial, onde monitoras administravam o conteúdo recebido através do radiorreceptor. Essa prática pedagógica, voltada para a alfabetização de jovens e adultos, visava o alistamento eleitoral dos recém-alfabetizados, de modo que se pudesse enfrentar o coronelismo e o voto de cabresto. Em 1959 essa prática foi acolhida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, a partir do 2º Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal, no ano de 1959, resolveu expandi-la para a área administrada pela Arquidiocese de Aracajú.

Em 1960, o movimento estudantil organizado na Juventude Universitária Católica (JUC), e os quadros de trabalhadores rurais forjados nas práticas pedagógicas híbridas, passaram a disputar, com sucesso, a direção das seções estaduais da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos sindicatos rurais contra o Partido Comunista do Brasil (PCB). O movimento estudantil chegou mesmo a lançar Herbert José de Souza (Betinho) à presidência da UNE, desalojando, com a ajuda da esquerda independente, os antigos ocupantes daquele posto.

Em 1961 a CNBB acertou um convênio com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério da Saúde, e a prática pedagógica híbrida foi nomeada de “Movimento de Educação de Base” (MEB). Seus conteúdos passaram a serem gravados em vinil no Rio de Janeiro, de modo a que pudessem ser transmitidos pelas emissoras das Arquidioceses (no caso de Natal, pela Rádio Rural), ao passo em que as monitoras começaram a utilizar cartilhas produzidas pelo MEC – algumas das quais ilustradas por Ziraldo, e a seguir o Método Paulo Freire.

Apenas em 1962, quando as atividades desenvolvidas no âmbito da Arquidiocese foram distinguidos pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) como exemplo de “Pastoral de Conjunto” e apontada para ser adotada em todo país pela CNBB, e, quando o MEB passou a ser cogitado em todo o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, é que o conjunto de esforços desenvolvidos no Rio Grande do Norte passou a ser denominado de “Movimento de Natal”, exatamente por iniciativa do presidente da CRB, Thiago Cloin, em artigo para a *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil* (Cloin, 1962).

A partir de 1962 os dois movimentos tiveram maior amplitude e atividade, firmando o binômio ‘conscientização’ e ‘politização’ no centro de suas atividades, engajando-se na defesa das Reformas de Base propostas pelo Governo João Goulart, para se expandir para o estado de São Paulo e todo o Sul do País, estimulando a constituição de sindicatos rurais, a formação do cerne do que viria a ser conhecido como as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação (Smith, 1991).

Nesse mesmo ano, a militância estudantil ligada ao Movimento passou a se organizar fora da Igreja Católica, fundando a “Ação Popular” (AP) e, embora em 1963 a CNBB tenha declarado suas diferenças em relação à AP e expressasse que era inadequada a presença de estudante secundaristas na nova instituição, na prática permitia a participação dos membros da JUC.

Na atuação política, a fórmula de “socialismo como humanismo” passou a nortear a AP e servia para distinguir a esquerda católica do PCB, conforme o seu “Documento Base”, escrito em boa parte pelo padre Vaz, segundo Betinho (Souza, 1996). Para Reginaldo Benedito Dias, nessa fase de transição da JUC para a AP, o religioso teria contribuído para a superação das concepções, até então ainda influentes, de Jacques Maritain e do pensamento neotomista mais tradicional (Dias, 2011). Contudo, o Golpe Militar de 1964 reprimiu as atividades do MEB e os seus militantes – embora o Movimento de Natal continuasse a atuar -, e a AP buscou reavaliar as suas práticas. Em 1965, a sua “Resolução Política” anunciou a adesão à prática insurrecional e ao objetivo de conquista do poder pela via armada, justificando, portanto, o investimento que se passaria a fazer na guerrilha urbana e rural (Lima, 1979). Daí em diante a adesão da AP ao marxismo-leninismo<sup>2</sup> e a linha maoísta<sup>3</sup> se tornaria cada vez mais explícita, resultando, em 1971, na

---

<sup>2</sup> Segundo o crítico literário e estudioso da teoria marxista Ferenc Fehér (1986), o marxismo-leninismo deve ser considerado enquanto a primeira forma do marxismo soviético e resultante de modificações operadas por Lênin em quatro legados teóricos. O primeiro foi a tradição plekhanoviana de interpretação da filosofia de Marx como materialismo dialético; o segundo, os trabalhos acerca da dimensão socioeconômica produzidos pelo próprio Lênin e pelos líderes mencheviques e depois bolcheviques ocupados nos problemas econômicos decorrentes da chegada ao poder e da prática revolucionária, sobretudo no período marcado pela guerra civil e pela invasão estrangeira, em que vigorou a estratégia denominada de Comunismo de Guerra ou Comunismo Militar (1918-1921), e a partir do plano Nova Política Econômica - NEP (1921); o terceiro, a discussão das questões relativas ao poder de Estado, à violência e ao direito revolucionário; quarto, a teoria da cultura (Féher, 1983).

<sup>3</sup> Para Stuart R. Schram (1986) a originalidade e o caráter das contribuições teóricas do líder revolucionário chinês Mao-Tsé-Tung é extremamente controversa, inclusive, porque se discute se as suas ideias constituíram um avanço ou uma deformação do marxismo, contudo, era nos conceitos de “contradição principal” e de “aspecto principal da contradição principal” que se fez a sua influência sobre os revolucionários das décadas de 1960 e 1970. Ao contrário de Marx que enxergava a contradição entre o proletariado e a burguesia como o móvel para a revolução socialista, Mao considerava que se deveria determinar, à luz da prática e não da teoria, onde que seria possível abrir brechas para a ação revolucionária. Como Schram coloca, já em 1928 o líder chinês advogou que os vagabundos rurais e elementos semelhantes pudessem ser transformados na vanguarda revolucionária e isto passaria a ser traduzido depois nos termos de um protagonismo da classe camponesa na tomada do poder. Além disso, Mao negou explicitamente duas das três leis de Hegel e Marx pregando a sua redução a apenas uma, a “lei fundamental do pensamento”, resultando que encarasse “o desenvolvimento histórico como um processo ambíguo e problemático e o avanço da revolução como algo de milagroso que contrariava as tendências revisionistas inerentes a todos nós”. Por conseguinte, Mao constituiu o conceito de “linha de massas”, “introduzindo um elemento de participação democrática a partir de baixo (dentro de limites rigorosos e sob a orientação do Partido)” e criou a ideia de que, também por meio do Partido, “a transformação dos homens deveria acompanhar e apoiar o progresso econômico e técnico” (Schram, 1986).

mudança de nome da organização para Ação Popular Marxista-Leninista (APML), em 1973 na sua incorporação ao PC do B.

No que tange ao objetivo de nosso artigo, buscando explicar a transformação da AP a partir da análise do marxismo soviético feita pelo crítico literário húngaro Ferenc Fehér (1983), entendo que duas modificações operadas por Lênin no legado teórico marxista impressionaram a adesão da AP ao marxismo-leninismo: primeiro, a modificação feita por Lênin na concepção de Plekhanov e na filosofia marxista em geral, no que se refere ao ateísmo e ao princípio das duas vertentes gerais da filosofia, o materialismo e o idealismo. Se “para Marx a fé religiosa como alienação era apenas um dos aspectos sócio-ontológicos do problema geral da alienação”, “para Lênin era primordialmente, se não exclusivamente, uma questão sociopolítica”, sustentando uma força reacionária contra outra força socialmente progressista, o que colocava a nova AP em descompasso com as suas origens.

A segunda modificação feita por Lênin é a que diz respeito à dimensão socioeconômica e em relação à tipologia das revoluções, à violência e ao direito revolucionário, assim como da importância do imperialismo para a análise do capitalismo, esta, no seu principal escrito pré-revolucionário, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1916).

Foram estas modificações que se salientaram na análise feita pela AP do papel estadunidense no contexto latino-americano e na resposta a ser conduzida a partir da via revolucionária. Todavia, a resposta revolucionária na América Latina seria entrevista pela AP também à luz do maoísmo, desconsiderando as etapas da transformação histórica e procurando encontrar brechas para a derrota do capitalismo e do imperialismo estadunidense, julgando que essas brechas poderiam ser produzidas a partir da transformação do homem do campo e da condução do campesinato por um grupo decididamente imbuído da convicção de que a luta revolucionária deveria ser conduzida até as últimas consequências, questões que evocam a própria experiência de seus militantes no Movimento de Natal e no MEB (Schram, 1986).

### **A obra *Igreja e Desenvolvimento***

Deve-se colocar que a nossa análise da gênese do Movimento de Natal e do MEB foi desencadeada pela leitura da reedição expandida e atualizada (2019) do livro *Igreja e Desenvolvimento* (1968), de Alceu Ferraro, a principal obra acerca do Movimento de Natal, e, assim, torna-se necessário explicitar que algumas das questões trazidas neste artigo podem ser descortinadas, inclusive, a partir do exame de sua escrita.

Em 1964, Ferraro era estudante de doutoramento da Pontifícia Universidade Gregoriana, administrada pelos jesuítas, com sede em Roma, e chegou ao Brasil poucos dias antes do Golpe Militar. Depois de algum tempo nas

idades do Rio de Janeiro e São Paulo, alcançou o Recife, onde entrevistou dom Hélder Câmara, e depois rumou para a cidade de Natal, onde, já com o aval de dom Eugênio Sales, conseguiu em Roma quando este e Otto Guerra atendiam ao Concílio Vaticano II.

Em Natal iniciou o seu trabalho de leitura de documentos, coleta de dados e entrevistas, antes que a repressão política pudesse suprimir o seu objeto de pesquisa. Sintomaticamente, na manhã mesmo do anúncio do Ato Institucional nº 5, avisado do acontecido, Ferraro conseguiu retirar 200 exemplares de *Igreja e Desenvolvimento* da gráfica onde seguia a sua impressão, antes que os restantes fossem recolhidos pela polícia. Auxiliado por simpatizantes de sua causa nos Correios, logrou enviar para Roma alguns desses livros, que estavam sendo aguardados para cumprimento da exigência de seu doutorado. A maior parte dos exemplares retirados da gráfica ficou escondida num porão em Natal para ser resgatada pelo autor apenas 15 anos depois, quase todos já destruídos pela ação do tempo. Apesar disto tudo, *Igreja e Desenvolvimento* foi passado de mão em mão, copiado e transcrito pelos militantes do Movimento de Natal e do MEB e pelos seus pesquisadores, muitos dos quais haviam sido também militantes do Movimento - caso de Osmar Fávero (2006) -, tornando *Igreja e Desenvolvimento* um livro importante para as áreas da História do Catolicismo, da Pedagogia, das Ciências Sociais e da História do Rio Grande do Norte.

Ferraro, no auge da Ditadura, em 1969, quando era pároco em Frederico Westphalen/RS, foi preso apenas para ser solto por uma enxurrada de fiéis, endossados, inclusive, por aqueles que defendiam o Regime Militar. Passados alguns anos, Ferraro abandonou o sacerdócio, casou-se e conseguiu alcançar o cargo de professor universitário na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apesar de estar fichado no Departamento de Ordem Política e Social do estado e de *Igreja e Desenvolvimento* ter sido apontado como “altamente subversivo” (Ferraro, 2019). Por fim, em 1988, acabou se tornando o primeiro reitor democraticamente da UFRGS, mas terminou não sendo empossado pelo Governo Sarney (Giacomazzi, 2022).

Passados mais de 50 anos desde a sua primeira publicação, poucas pessoas leram ou mesmo pousaram suas mãos sobre um exemplar de *Igreja e Desenvolvimento*, mas, ainda assim, esse livro permanece sendo importante para a análise do Movimento de Natal e do MEB. Por que isso?

Por um lado, foram apontados acontecimentos curiosíssimos que uniram o autor ao seu texto, e apenas por isso já se poderia justificar a importância do livro, instigando, se vivo fosse, Jorge Luis Borges a tecer, com seus dedos, um daqueles contos onde o leitor descuidaria de conhecer o limite entre o sonho e a realidade.

Por outro lado, cabe revelar a importância e a originalidade de *Igreja e Desenvolvimento*: o livro contava com o apoio dos jesuítas e de dom Hélder Câmara e Eugênio Sales, e, por conta disto, gozava de acesso facilitado às fontes. Ferraro recebeu auxílio direto da Arquidiocese de Natal e da Fundação José Augusto, do estado do Rio Grande do Norte na forma de equipamento, de pessoal

técnico e de auxiliares de pesquisa; um esforço relativamente raro para o Brasil de sua época, que resultou num alcance investigativo muito abrangente e profundo do seu objeto.

Respondendo à recomendação de um planejamento pastoral coordenado e tecnicamente preparado feita aos bispos latino-americanos pelo Papa João XXIII em 1958, repetida no discurso dirigido ao CELAM em 1959 e, em carta ao Episcopado Latino-americano em 1961, o Movimento de Natal foi, então, uma das primeiras e principais frentes de aplicação do Método Paulo Freire, se constituindo numa experiência inédita no catolicismo brasileiro incentivada pela CNBB, apoiada diretamente por dom Hélder Câmara, administrada por dom Eugênio Sales. A iniciativa norte-rio-grandense foi consagrada em abril de 1962 pela V Assembleia Geral Ordinária da CNBB, que discutiu e aprovou o *Plano de Emergência para toda a Igreja do Brasil*, cunhando o termo “Pastoral de Conjunto” (CNBB, 2023), que seria empregado em janeiro de 1966 pela CNBB para orientar toda a atuação da Igreja no Brasil por meio do *Plano Pastoral de Conjunto 1966-1970* (CNBB, 2004).

A narrativa das origens desses protagonismos e dos problemas que explicariam o seu afastamento do conservadorismo católico já garantiria a *Igreja e Desenvolvimento* o status de texto obrigatório para aqueles que desejam aprofundar seu entendimento sobre questões fundamentais acerca da relação entre a História Política e a História da Religião na América Latina da segunda metade do século XX.

Ressalte-se que o livro é citado diretamente no filme *Dois Papas*, de Fernando Meirelles (2019), embora tenha sido atribuído a dom Hélder Câmara - erro que em si já é outro indício da sua importância. No filme, *Igreja e Desenvolvimento* é uma das obras que o então Superior-Provincial da Companhia de Jesus, Jorge Mario Bergoglio (o Papa Francisco) tem que retirar às pressas da biblioteca de uma instituição ligada aos jesuítas a fim de evitar que os seus integrantes fossem incriminados como subversivos pela polícia política argentina.

Na continuação desse raciocínio, deve-se observar que a Arquidiocese de Natal era também parceira do Estado brasileiro, resultado do diálogo iniciado por dom Eugênio Sales e o presidente Juscelino Kubitschek, que acabaria se consubstanciando em financiamento e apoio do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Saúde ao Movimento de Natal e ao MEB (Ferraro, 2019). Esse último foi, então, articulado a partir das experiências do primeiro como uma atividade de alfabetização e de inscrição da cidadania, num sistema híbrido, utilizando recursos radiofônicos e presenciais (note-se que essa foi a sua primeira utilização em escala no Brasil) com o fim de desarticular a dominação tradicional das oligarquias nordestinas, preparando a arregimentação de novos eleitores e de líderes comunitários e sindicais desligados das práticas tradicionais. Ora, a CNBB era, naquele período, um aliado necessário do Estado brasileiro por conta de ser a única instituição capaz de projetar esse esforço tanto nas periferias das grandes cidades do Nordeste quanto nos seus grotões profundos. O Movimento de Natal serviu, então, como projeto-piloto do MEB que, a partir daí se estenderia para

outros estados da região e depois para o restante do Brasil, sobrevivendo, até hoje, a todas as tempestades políticas.

A questão que importa para esta análise da gênese do Movimento de Natal e do MEB é que tudo isso derivou daquilo que Ferraro descreveu enquanto uma atividade continuada da então Arquidiocese de Natal, urdida desde uma trama inédita, onde a seca e o subdesenvolvimento se uniram ao caos econômico e social desencadeado pela saída dos efetivos estadunidenses e o desmantelamento das Bases Aliadas que haviam sido instaladas no Rio Grande do Norte para o esforço da Segunda Guerra Mundial.

Como o estado era muito pobre, pouco povoado e de economia pouquíssimo diversificada, tudo passaria a girar em torno das Bases, inclusive, ocasionando um grande êxodo em direção à Natal, que praticamente dobrou de tamanho (de 54.386 habitantes em 1940 para 103.215 em 1950), problemas que não foram correspondidos por nenhum investimento em termos de saneamento, iluminação ou qualquer tipo de infraestrutura pelo Governo Vargas, antes da instalação das Bases, durante o seu funcionamento e após a sua desativação. Por um lado, a economia do interior se desarticulou, resultando numa escassez severa de gêneros alimentícios e no aumento vertiginoso do custo de vida, um dos mais altos do país; por outro lado, os arranjos sociais se decompueram, gerando, delinqüência infantil, mendicância, criminalidade, prostituição e desemprego (Ferraro, 2019).

Só para se ter um exemplo dos desafios a serem enfrentados, em 1947, após a retirada das tropas estadunidenses, a Obra do Bom Pastor, instituição da Arquidiocese de Natal, presidida pelo então padre Eugênio Sales, dava conta da existência de 218 casas de tolerância em Natal. Estas contavam com 1.627 prostitutas fichadas na polícia, que viviam “numa situação de miséria imensa e horrível”, mas que constituíam, segundo a Obra Social do Estado, “apenas terça parte da realidade” - o que é um índice terrivelmente alto se considerarmos que a população feminina da cidade somaria um número próximo a 50 mil mulheres em 1950. Das 1.627 prostitutas fichadas, 98% eram analfabetas e 80% possuíam algum tipo de doença venérea, ao qual concorria o número muito alto de casos de tuberculose (Sales, 1947).

Para Ferraro, foram exatamente essas circunstâncias excepcionais que levaram à execução do conjunto de esforços que seriam nomeados de “Movimento de Natal” numa primeira fase, fundamentalmente uma nova estrutura diocesana lastreada no trabalho dos leigos e voltada ao trabalho com os mais humildes.

Em 1951 os bispos de Mossoró, Caicó e Natal firmam a Pastoral sobre o Problema Rural e, em 1952 já se estavam treinando líderes rurais em Natal, selecionados pelas paróquias do interior e com apoio do Ministério da Educação e Cultura.

Contudo, numa segunda fase, a atividade da Arquidiocese passou a visar também a ultrapassagem da dominação oligárquica e a implementação do desenvolvimento no Rio Grande do Norte, procurando superar o estigma criado pelos marxistas de que o catolicismo seria o responsável pelo atraso da região.

Nesta fase a organização dos sindicatos rurais e as escolas radiofônicas foram erigidos sob a liderança de dom Eugênio Sales a partir da interiorização das atividades coordenadas pela Arquidiocese de Natal com a colaboração das Dioceses de Mossoró e Caicó e, da União Nacional dos Estudantes (UNE), nos últimos anos da década de 1950.

A reunião dos objetivos dessas duas fases se traduziria num experimento inédito, apoiado pela CNBB e apontado pelos organizadores do Movimento de Natal enquanto inspiração para o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência de Medellín (1968).

Fato é que *Igreja e Desenvolvimento* apenas aponta, mas não explica (caso também do livro homônimo de Cândido Camargo, de 1971), que essas novas ideias sinalizavam a ascensão da esquerda católica brasileira, então motivada pelo pensamento do assessor da JUC, o padre Vaz (Fávero, 2006, p. 64-65), que juntava o catolicismo ao marxismo, gestando algumas das correntes e das atuações progressistas que influenciariam as décadas seguintes, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e a Teologia da Libertação.

Ainda, a leitura da reedição de *Igreja e Desenvolvimento* direciona a alguns apontamentos: primeiro, que a ênfase pedagógica do MEB, o binômio “conscientização e politização”, considerado o peso do pensamento do padre Vaz e da atuação de Paulo Freire no Movimento de Natal e no MEB, revela a colusão do catolicismo em direção da esquerda e do marxismo.

Segundo, que a questão do desenvolvimentismo se mostra enquanto já sendo transacionada para o ativismo político, conforme pode ser notado no primeiro capítulo da segunda edição da obra de Ferraro, suprimido do original pela urgência da publicação, que relata a movimentação de dom Eugênio Sales frente às contingências da política nacional e local, assumindo as verbas do Combate às Secas destinadas ao Rio Grande do Norte por delegação expressa do então Presidente da República Juscelino Kubitschek. Esse nível de ativismo é, no mínimo, inusitado, e parece refletir certas preocupações da constituição pastoral *Gaudium et spes* (1965), núcleo das elucubrações do Concílio Vaticano II, porquanto trata, principalmente, das relações entre a Igreja Católica e o mundo onde ela está e atua, centrando no consideram ser os seus mais graves problemas: o incremento demográfico, as injustiças sociais entre classes e povos e o perigo da guerra atômica. Entende-se também que aí já são apontadas uma preocupação e uma atuação que se situam no registro dos núcleos comunitários criados pela atividade do MEB, o embrião das Comunidades Eclesiais de Base, e, inclusive, insinuando um precedente para aquilo que viria a ser mais tarde denominado como “Teologia da Libertação”.

Terceiro, em relação ao protagonismo dos leigos no Movimento de Natal, observa-se o novo papel das religiosas, que assumiram diversas paróquias no Estado, e das mulheres no Movimento de Natal e no MEB, na maioria das posições de frente. No mesmo sentido, as atividades da Arquidiocese de Natal foram vistas como o piloto da “Pastoral de Conjunto” pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e pela CNBB, e, tudo isso nos apresenta a oportunidade de recomendar o Movimento de Natal como um objeto de fundamental importância para a compreensão das transformações da Igreja Católica no Brasil no século XX.

Quarto, Ferraro notou a transformação do catolicismo norte-rio-grandense desde a década de 1940, a partir da decadência do Marianismo e da ascensão do Movimento de Natal, assim como a radicalização política dos seus leigos e religiosos no final da década de 1950, num processo que chamaria de “desinculturação” (Ferraro, 2019, 448). Nas entrevistas conduzidas com os principais protagonistas do Movimento, ficou claro para Ferraro que a experimentação das atividades voltadas para a questão social e o desenvolvimento das práticas pedagógicas híbridas levaram a um rompimento com a posição tradicional da Igreja no Estado, como exemplifica a *Palestra Dominical* de dom Eugênio Sales por ocasião da Páscoa de 1964, apenas dois dias antes do Golpe Militar:

Na vitória do Cristo ressuscitado sugere uma *Igreja Livre* [grifo do autor]. Seus compromissos são os aceitos por Cristo: a Verdade e o Amor”. Nada poderá deter “a marcha livre dessa Igreja que se identifica com o Cristo vitorioso” e que, “quando sente ser sua missão despertar o pobre e transformá-lo em forte, *não se intimida* [grifo do autor] diante do rico... ou da incompreensão dos amigos” (Sales, 1964, *apud* Ferraro, 2019, p. 454).

### Ponto de partida, ponto de fuga

Em seus primeiros trabalhos, Derrida buscou demonstrar como a crise era “uma necessidade interna da história”, um empreendimento que não deixa intacto nem o sentido do conceito de crise nem o da história (Marrati, 2005, p. 24).

Ora, a década de 1940 é o período em que a giro dos líderes católicos, como Alceu Amoroso Lima e dom Hélder Câmara, do apoio ou militância à direita para a simpatia com a esquerda, se juntou à transformação da estrutura de decisão e organização da Igreja no Brasil, de uma situação espacialmente concentrada na cidade do Rio de Janeiro e marcada por uma liderança personalista e diferenciada na figura de seu cardeal e arcebispo, para outra, espacialmente difusa e por uma liderança colegiada nos termos da CNBB.

Como visto, o Movimento de Natal era estratégico para a CNBB e para dom Hélder Câmara não apenas para dotar de significado o novo pensamento e a atuação da CNBB, mas também para construir o sentido mesmo de sua liderança nacional. Assim, acredita-se que a colusão do catolicismo com o marxismo se

coloca como parte das estratégias adotadas no decorrer da década de 1950 e no início da década de 1960, no que tange à transformação do político e da sociedade. Essa estratégia pode ser mais bem observada em certas atividades, especialmente no caso da campanha de alfabetização, educação e conscientização de adultos, norteadas pelo pensamento de padre Henrique Vaz, e levada a cabo a partir do Método Paulo Freire, na colaboração da CNBB com o Ministério da Educação e Cultura.

Ao mesmo tempo, há que se considerar que a aproximação com o marxismo no plano de certos objetivos e interesses, um deles o desenvolvimentismo, já era parte do debate travado no Centro dom Vital do Rio de Janeiro, como se pode observar por meio de dois textos do poeta mineiro Murillo Monteiro Mendes (analisados abaixo), publicados no diário carioca *O Jornal*, sendo um deles na “Columna do Centro”, espaço reservado para a organização católica nesse periódico.

Em 1936, no texto “A religião não é o ópio do povo”, Mendes explicava a utilização da expressão por Lênin, atribuindo a impressão do líder soviético à observação da condição de servitude da Igreja Ortodoxa Russa frente ao Estado. Segundo o autor, aquela expressão era insustentável frente à história do catolicismo, que não afirmava oposição entre ciência e fé e que condenava o quietismo protestante, embora ressaltasse:

Concordo que em certos países, como especialmente no México e na Espanha, o clero uniu-se tão fortemente às classes dominantes, que passou a sobrepor seus interesses materiais aos de ordem religiosa, contribuindo para o retardamento do processo social. Sob certos aspectos, este fenômeno se aparenta ao da Igreja Ortodoxa, mas em grau muito menor (Mendes, 1936, p. 1).

Note-se que esta colocação está sendo feita no período mesmo em que já se avizinhava a Guerra Civil Espanhola e em que já se processava uma grande divisão entre os fiéis e religiosos católicos a respeito da questão.

Pouco mais de um ano depois, em 1937, Mendes voltaria a carga em “Canja”, num período ainda mais polarizado, desta vez para comentar um texto do semanário católico francês *Sept*, que era acusado pela direita daquele país de adotar uma pauta filo-comunista. O poeta sublinharia que o texto fora aprovado pelos cardeais das cidades de Lille, Paris e pelo próprio Papa Pio XI e, que nele reverberava a ideia da recristianização da sociedade e que esta passava pela criação de grupos de operários, estudantes, intelectuais, que passassem a viver uma vida comunitária penetrada do espírito de Cristo, reconvertendo os católicos para depois converter os demais e inutilizar a expressão que considerava ser a heresia moderna: “a religião é o ópio do povo” (Mendes, 1937, p. 6).

Essa transformação do catolicismo, diz Mendes, iria surpreender os adversários da Igreja, que só a viam como “a aliada do fascismo e do capitalismo”

e como “uma potência a serviço das forças do mal”, mas que seria uma surpresa, também, para muitos católicos.

Não se trata de neocatolicismo, como pensam erroneamente muitos, nem de aliança com a esquerda, ou adaptação do socialismo, etc. Trata-se de descobrir a Igreja, de praticar realisticamente o catolicismo eterno, que possui germes destinados a se desenvolverem até a consumação dos séculos. É um movimento engrenado na vida exterior e quotidiana, mas que mergulha as raízes na vida sobrenatural comunicada pela Igreja através de doutrinas e dos sacramentos (Mendes, 1937, p. 6).

Por conseguinte, antes mesmo do giro à esquerda de muitos religiosos e intelectuais católicos, dentro do Centro dom Vital, já havia uma exposição de arrazoados acerca da aproximação com a esquerda, colocando a necessidade e a oportunidade de tal movimento e a possibilidade da cristianização dos seus integrantes.

Note-se que as ideias de “progresso” de “desenvolvimento” fazem parte de um diálogo com o marxismo que busca desfazer impedimentos e preconceitos, e que estas posições são o cerne mesmo daquilo que Ferraro intentava fazer reparar com a nomeação de sua obra – *Igreja e Desenvolvimento*.

Na investigação dessas tramas, visou-se a distinção dos pensamentos e das atividades que marcaram a colusão do catolicismo com o político, considerando que ela se deslocou do fascismo para o marxismo. Deve-se frisar que o trabalho com o conceito já considera a aproximação do catolicismo com o político enquanto um processo, cuja produção é orientada na direção de um dado espécime do político, em razão de certas sedimentações, ligações e experimentos que devem ser explicados pelo analista. Por conseguinte, torna-se necessário, no trabalho com o conceito de colusão, explicitar as questões e ideias do religioso e do político que possibilitaram tanto a interrupção do direcionamento para o primeiro espécime, o fascismo, quanto sua manutenção enquanto processo para, somente depois, discernir o direcionamento para o segundo espécime, o marxismo. Assim, busca-se nesta parte de nosso artigo apontar as ideias e condições que, no recorte da Arquidiocese de Natal, possibilitaram a manutenção do processo de colusão e onde já se podiam avistar certas condições de um futuro deslocamento.

Embora tanto a tradução das tramas do catolicismo para o local quanto o seu retorno para o centro devam ser examinados com cuidado, acredita-se ser possível, dadas as condições já apontadas, que o seu exame tramas permita-nos aventar as possibilidades de reconstituição das aproximações e relações do local noutros recortes e escalas.

No caso da Arquidiocese de Natal, há que se esclarecer que nessa linha já vinha acontecendo, desde o início da década de 1930, um grande envolvimento de seu bispo diocesano, dom Marcolino Dantas, com a política local, na forma de apoio aos interventores federais de modo a poder estabelecer a autonomia da

então Diocese em relação aos grupos apeados do poder pelo Movimento de 1930. No período, caracterizado pela indicação de representantes do Tenentismo como Interventores Federais, o esforço de dom Marcolino buscou reunir o clero norte-rio-grandense sob a sua liderança e organizar uma forte base de apoio ao seu projeto de influir na política estadual de modo a recuperar, na Constituinte Estadual, as prerrogativas perdidas com o advento da República. Como houve resistência dos religiosos as suas investidas e a articulação da Liga Eleitoral Católica (LEC) local não surgiu o efeito desejado nas eleições de 1932 e 1933, dom Marcolino apoiou decisivamente a criação da seção estadual da Ação Integralista Brasileira (AIB) pelos membros da Congregação Mariana de Moços e, investiu na formação de novos religiosos no Seminário de São Pedro, em Natal. É interessante lembrar que a Liga Eleitoral Católica, criada em 1932, foi uma das iniciativas do projeto de recatolicização liderado por dom Sebastião Leme a partir do consenso de que, em vez de se criar um partido católico no Brasil se deveria apoiar os candidatos que comprometidos em defender as pautas da Igreja.

Boa parte da interpretação da manutenção do processo de colusão depende de considerar que os iniciadores do processo, Luiz da Câmara Cascudo e Otto Guerra, então os principais líderes e intelectuais católicos leigos norte-rio-grandenses, frequentaram ou foram formados sob a influência do Reacionarismo católico na Congregação Mariana, enquanto os continuadores do processo seriam forjados no Seminário de São Pedro, já sob a égide do bispo de Natal.

A aproximação da Congregação Mariana de Natal com o Reacionarismo católico se deu pela via da “Congregação Mariana Acadêmica de Recife”, liderada pelo padre Antônio Paulo Ciríaco Fernandes, enquanto a formação do núcleo integralista na Congregação Mariana de Natal se deu em 1929, sob a influência de Severino Sombra, fundador da Legião Cearense do Trabalho, antes, portanto, da fundação da seção da AIB em Natal, o que se deu apenas em 1933 (Peixoto, 2016).

Nesse período, dom Marcolino entregou a publicação do diário da Diocese aos cuidados da Congregação Mariana e, de 1935 até 1952, esse jornal foi editado por Otto Guerra sob o nome de *A Ordem*. Guerra era um dos principais dirigentes da AIB do Rio Grande do Norte e, como Cascudo, era um dos membros da Câmara dos Quatrocentos, órgão consultivo do chefe nacional da AIB.

Enquanto Guerra se manteve sob a égide de dom Marcolino, que adotava o regime de Salazar como o espelho de suas idealizações políticas, Cascudo se aproximou de Gustavo Barroso e passou a integrar a ala mais radical da AIB, idealizando a criação do Estado Totalitário Cristão, cujo programa de amalgama do fascismo com o catolicismo foi desenvolvido nos textos e na atuação política de Cascudo e Barroso durante os anos de 1936 e 1937 (Peixoto, 2017).

No que tange à argumentação deste artigo, antes mesmo do fechamento da AIB norte-rio-grandense no final de 1937, parte dos insumos que levaram tanto ao desligamento da colusão com o fascismo já se aprontavam e, nesse sentido, um dos marcos foi a publicação, no diário *A Ordem*, de uma carta de Jacques

Maritain, cuja cópia teria sido enviada de Paris para Otto Guerra pelo próprio filósofo (Peixoto, 2023a).

Esse caso se alinha ao contexto da visita de Maritain à América do Sul, a qual serviu para retirar do isolamento os católicos que se opunham ao caráter dado pela direita religiosa à Guerra Civil Espanhola. Nesse sentido, a publicação da carta de Maritain em *A Ordem* (1937) deve ser considerada enquanto uma tomada de posição no âmbito da geopolítica religiosa, marcando as diferenças da Diocese em relação ao campo católico de Pernambuco e, efetivamente, produzindo a sua autonomia por meio da criação de uma história pregressa e de uma hagiografia vibrante que dialogavam com os contextos e debates contemporâneos (Peixoto, 2023a).

A carta fora dirigida ao frei dominicano Sebastião Tauzin,<sup>4</sup> que residia no Rio de Janeiro, e, entre outras questões, Maritain denunciava que muitas das notícias da Guerra Civil Espanhola não passavam de invenções de grupos e nações envolvidos no conflito. O filósofo francês se colocava, assim, contra o sentido de “Guerra Religiosa” emprestado ao conflito espanhol e apontava que os extremistas de direita sufocavam o senso cristão por meio da violência política do mesmo modo que os esquerdistas, sendo, por isso mesmo, condenados com a mesma energia pelas encíclicas *Divini Redemptoris* (1937) e *Mit Brennender Sorge* (1937). Ainda assim, Maritain lembrava que a política não estava separada da religião, e, por conseguinte, os católicos não deveriam abdicar dela, mas procurar “vivificá-la”; tomá-la pelos meios cristãos, ao invés de buscá-la pela via crua do poder.

Ora, a remissão da ideia maritainiana da “vivificação” da política aos documentos pontifícios seria a tônica de sua adaptação pelos católicos norte-riograndenses, opção essa que deve ser contextualizada na disputa então travada entre o próprio Maritain e o influente padre Fernandes, que acusava o filósofo de caluniar os jesuítas e de fomentar uma heresia por meio do livro *Humanismo Integral* (1935).

Uma das preocupações de Maritain era demonstrar que inexistiam quaisquer rivalidades com os Jesuítas ou incompatibilidades dogmáticas entre o seu pensamento e o corpo teológico do catolicismo, colocando todas as questões apenas no âmbito do diálogo de ideias com o padre Fernandes, e, para isso, mostrando que seu texto estava em sintonia com as autoridades canônicas e com as escrituras (Peixoto, 2023b).

---

<sup>4</sup> Frei Marcel Tauzin (Léognan/França, 1907 – Bordeaux/França, 1993) ingressou na Ordem Dominicana na província de Toulouse em 1926, tomando o nome de Marie-Sébastien. Chegou ao Brasil em 1935 para atuar como professor no Instituto de Filosofia, órgão ligado ao Centro dom Vital do Rio de Janeiro, depois tornou-se professor da Universidade Católica do Brasil, aportuguesando o seu nome para Sebastião Tauzin. Em 1952, tornou-se o primeiro provincial dos dominicanos no Brasil, tendo fundado o seminário de Juiz de Fora/MG. Retornou à França em 1956, onde também exerceu dois mandatos como provincial dos dominicanos. Escreveu *Bergson e São Tomaz: o conflito entre a intuição e a inteligência* (1943).

A acusação de Fernandes certamente possuía defensores no âmbito da Congregação Mariana de Natal e, na medida em que se harmonizava com a “teoria dos dois gládios”, se inseria nos posicionamentos de alguns integrantes do integralismo local, liderado *de facto* por Cascudo e cujos efeitos da colusão com o fascismo se podem depreender no impressionante rito político e religioso conduzido por ele em 28 de outubro de 1937, o qual tinha como pretexto reintroduzir os crucifixos nas salas de aula de Natal (Peixoto, 2023a).

Contudo, o fechamento da AIB e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados resultaram em consenso entre católicos a respeito do nazismo e ao fascismo, levando à ultrapassagem das posições reacionárias e fascistas católicas na escala do local e ao subsequente desmonte de sua influência na estrutura da Arquidiocese de Natal. Consequentemente, a ênfase no combate ao materialismo cede lugar ao ressalte do paganismo, em que se entrevia a crítica direcionada agora ao regime nazista.

Essa transformação se deu por meio da adaptação do pensamento de Maritain às circunstâncias da militância local, com a substituição progressiva da Congregação Mariana e seu modelo de atuação - fechado, elitista e centrado no rito -, por outro modelo, aberto aos leigos, popular e focado no pragmatismo, substanciado, no caso local, pela fundação do setor masculino da Ação Católica em 1943, cuja presidência foi confiada, justamente, a Otto Guerra.

Sintomaticamente, a mensagem de solidariedade da Congregação Mariana de Recife à de Natal pelo transcurso do seu 25º aniversário no mesmo ano, substabelecida pelo padre Fernandes e publicada no diário *A Ordem*, parecia mais um lamento, o anúncio de sua passagem para uma posição subalterna no catolicismo norte-rio-grandense do que a comemoração do lustre dessa agremiação (Solidariedade, 1943).

O fato é que, apenas um mês depois da publicação, o padre Francisco das Chagas Neves Gurgel, recentemente ordenado no Seminário de São Pedro, redigiu um texto para o diário *A Ordem* lembrando que a Encíclica *Miserentissimus Redemptor* (1928), de Pio XI, coordenara a devoção do “Coração de Jesus” com a do “Corpo Místico de Cristo” (Gurgel, 1943a).

Pouco depois, certamente escrevendo novamente sob o beneplácito de dom Marcolino, de modo a anunciar a fundação do setor masculino da Ação Católica, o mesmo padre Gurgel teria outro texto publicado, dessa vez em duas partes (nos dias 11 e 12 de agosto), sob os títulos “Ação Católica” e “Ação Católica - Natureza e fins”, onde apontava a Encíclica *Mystici Corporis Christi* como o novo denominador comum da atuação da Diocese, para que os fiéis se integrassem à vida da graça, no corpo Místico de Cristo (Gurgel, 1943b; 1943c).

Assim, menos de dois meses após a publicação da Encíclica pelo Vaticano (29 de junho), o padre Gurgel constituiria o que chamaria de “natureza da Ação Católica”, atribuindo-lhe o sentido de “Redenção” entrevisto na Encíclica *Miserentissimus Redemptor* (1928). Para ele, o caráter da relação entre a

*Miserentissimus Redemptor* e a *Mystici Corporis Christi* fora apontado na última, porquanto o “Coração Eucarístico de Jesus” e o “Corpo Místico de Cristo” haviam sido trabalhados a partir da ideia de uma economia da Redenção e da irradiação da vida apostólica para uma maior compreensão das verdades eternas, tendo em vista prevenir-se contra o paganismo pela formação e expansão de uma vigorosa mentalidade católica. Justificar-se-ia ainda uma atuação expandida do religioso para a política e a sociedade, visando “santificar o indivíduo sem desarticulá-lo do meio em que se encontra, inoculando-lhe a ânsia de difundir a verdade [...] uma confiança extrema na [...] maior expansão do Reino de Cristo na sociedade” (Gurgel, 1943b).

O contexto dessa relação, para Gurgel, era a Segunda Guerra, explicada como uma guerra civil internacional contra o paganismo, o nazismo e o racismo, mas para aplicá-la colocava-se a necessidade de responder ao problema social.

Depois disso, na solenidade de criação do Setor Masculino da Ação Católica, seu presidente - o onipresente Otto Guerra -, ressaltava que esta comunicaria a todas as sociedades religiosas “um intenso espírito de colaboração”, e que não vinha dificultar nem substituir as associações existentes, mas que era necessária para que os fiéis se integrassem no Corpo Místico de Cristo. Assim, os leigos participariam da “Hierarquia, penetrando onde a batina não consegue entrar a ascendendo [*sic.*] nos corações regelados pela indiferença a centelha do amor eucarístico!” (Oportuno, 1943). Logo, o protagonismo dos leigos era apontado por Guerra como a premissa mesma da atuação das instituições no âmbito da Arquidiocese de Natal, e, como um diferencial em relação às atividades anteriores, na medida que visava superar as dificuldades, preconceitos e repulsa experimentados pelos religiosos.

No último dia de 1943, *A Ordem* publicaria, na íntegra, a Encíclica *Do Corpo Místico e de nossa união nele com Cristo* [*Mystici Corporis Christi*], fazendo sair às ruas uma edição com 28 páginas - um esforço hercúleo para um diário que circulava naquele ano de Guerra com apenas quatro ou seis páginas, lidando com contínuas restrições orçamentárias, além de falta de papel e tipos para as máquinas. Certamente esse esforço, sacrificando a publicação de publicidade e notícias, exauriu as finanças do jornal e representou, inclusive pela data simbólica da edição, todo um compromisso da Arquidiocese com a nova agenda de atuação de longo prazo.

Finalmente, todas essas questões seriam influenciadas pelas discussões realizadas na 5ª Sessão das Semanas de Ação Social, em Porto Alegre, no contexto de implementação do Serviço Social pela Igreja Católica no país, prova disso é que o documento final dessa Sessão foi publicado na íntegra em dezembro de 1944 por *A Ordem*.

Cabe-nos dizer que a 1ª Sessão das Semanas de Ação Social foi inaugurada em 1936 no Rio de Janeiro, depois da visita do padre belga Valère Fallon<sup>5</sup> ao país, um entusiasta da difusão dos serviços de assistência social voltada aos proletários e às famílias carentes ou numerosas. Fallon era jesuíta e professor da Universidade Católica de Lovain, tendo publicado, dentre outras obras, o influente livro *Principes d' économie sociale* (1929), que recebeu, pelo menos sete edições em francês, tendo sido traduzido para o holandês, espanhol, italiano e inglês. A 2ª Sessão das Semanas de Ação Social também foi realizada no Rio de Janeiro, em 1937, a 3ª Sessão já aconteceu noutra capital, o Recife, no ano de 1938, mas a 4ª Sessão só se reuniria em 1941, na cidade de Belo Horizonte, enquanto a 5ª aconteceria apenas em 1944, em Porto Alegre.

Por conseguinte, podemos supor que o projeto das Semanas de Ação Social encontrou dificuldades para se manter durante o período mais repressivo do Estado Novo, e seria retomado exatamente a partir de uma base mais progressista em 1944, o que impeliria, inclusive, à tradução da *Mystici Corporis Christi* para o ajuste dessa retomada. Ora, segundo o documento final da 5ª Sessão das Semanas de Ação Social, aquela Encíclica impelia todos os homens a focar nas virtudes cristãs da Justiça, Pobreza, Liberdade, Solidariedade e Fraternidade, em consequência, tornava-se imperioso iniciar o “trabalho da educação, incluindo formação e instrução” e trabalhar para que se implementasse uma “Planificação” destinada à melhoria das condições materiais e a desencadear o desenvolvimento (5ª Semana, 1944).

Assim, deve-se considerar que no ano de 1944 já estavam prontos todos os elementos norteadores das atividades da Arquidiocese de Natal (a adesão ao maritainismo, a criação do Setor Masculino da Ação Católica, a tradução local da *Mystici Corporis Christi*, a absorção do projeto das Semanas de Ação Social), tornadas dramaticamente necessárias no ano seguinte, por causa da crise desencadeada pelo desmantelamento das bases estadunidenses, e, não por acaso, a Arquidiocese criaria, nesse mesmo ano, a sua Escola de Serviço Social.

---

<sup>5</sup> Padre Valère Fallon (Namur/Bélgica, 1875 – Louvain/Bélgica, 1955), economista, moralista e pioneiro do movimento familiar na Bélgica, ingressou na Sociedade de Jesus em 1892 e foi ordenado em 1907. Ele estudou Ciências Políticas e Sociais nas Universidades de Lovain, de Berlim e de Munique de 1909 a 1914 e recebeu o grau de doutor em Ciências Políticas e Sociais em 1913. A sua tese “La Plus-value et l'impôt”, recebeu um prêmio especial do Governo belga e da Universidade de Lovain. Fallon lecionou economia e filosofia moral (1909-1943) na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Louvain, e economia social no Instituto Técnico Superior Zénobe Gramme, em Liège. Ele serviu como capelão no Exército belga, de 1914 a 1918 e de 1939 a 1940. Com o coronel Lemercier e alguns outros fundou, em 1921, a Ligue des Familles Nombreuses, da qual se manteve como líder até o fim de sua vida. Fallon promoveu os estudos demográficos na Bélgica e participou na fundação da International Population Union em 1928. Escreveu *Les Allocations familiales en Belgique* (1926); *Principes d' économie sociale* (1929); *La Population belge et son avenir* (1934); *La Sécurité sociale et les allocations familiales* (1945); *Les Deux régimes d'allocations familiales* (1952) (Mertens, 2002).

## Conclusão

Entre a gênese e o traço, nos assegura Marrati,

[...] existe uma relação que não é de linearidade ou ruptura, mas de tensão, que o jovem Derrida observou quando trabalhava o conceito de Gênese: uma tensão entre duas demandas aparentemente contraditórias (e necessárias), que não podia ser resolvida, neutralizada ou assimilada, mas cujo passo não-linear devia ser acompanhado (Marrati, 2005, p. 177).

De certo, esta tensão, entre a transcendência da origem e a imanência da transformação, desconcerta os historiadores, especialmente àqueles que buscam escavar monumentos ou erigir “memórias”, pois o conceito da origem, da absoluta emergência de um nada que existiria antes dessa emergência, traria a possibilidade de se argumentar com o surgir de algo novo, que propusesse um futuro ainda por vir, ou, de algo a ser compreendido enquanto inscrito numa continuidade, em que cada evento deve ter o seu sentido retirado do contexto que o cerca (Marrati, 2005).

Em relação a isto, Derrida nos propõe uma alternativa: buscarmos uma dialética sem síntese, e, em lugar de uma origem, raciocinarmos por meio da “impressão mais antiga” [*Ur-impression*], procurando acompanhar e analisar os seus *traços* [*traits*].

No caso das atividades da Arquidiocese de Natal que resultaram no MEB e que foram nomeadas como Movimento de Natal no período em que o MEB já havia sido deslançado e em que isto se mostrava como o aparato de diferenciação da Igreja Católica sob o *signo* [*signe*] da CNBB, estas já não resultaram apenas de uma recepção diferenciada das contribuições de Jacques Maritain à América Latina, mas também do diálogo especialmente dificultoso do seu Bispo com as elites estaduais e com os religiosos aliados a esta.

Nota-se ainda que a transformação na estrutura de atuação da Arquidiocese é fruto do afastamento da colusão do catolicismo com o integralismo (e de parte dos seus integrantes, com o fascismo), que legou à Arquidiocese um jornal diário, que se ressalte, era um dos cinco diários católicos do Brasil, um verdadeiro assombro, considerando-se que o Rio Grande do Norte era um estado paupérrimo e com reduzida população. A mesma colusão com o integralismo rendeu também os quadros intelectuais, leigos e religiosos, assim como a formação de organizações atuantes que o seu Bispo tanto buscava e que lhe permitiram reposicionar a Igreja local enquanto uma entidade autônoma e proativa frente às elites estaduais.

Será exatamente através deste legado que emergirá a nova colusão: o diário *A Ordem*, encerrado em 1953, será reativado no início da década de 1960 como semanário; das instituições e organizações forjadas naquele período sairão os seus militantes e líderes. Ressalte-se que Marcos Guerra, o principal líder estudantil do estado, era filho de Otto Guerra; e que dom Eugênio Sales, embora terminasse os seus estudos filosóficos e teológicos no Seminário da Prainha, em Fortaleza, havia

ingressado antes no Seminário Menor de São Pedro e foi formado, segundo o depoimento de dom Marcolino, à imagem e semelhança de seu Bispo (Medeiros, 2009). Por sua vez, a ligação já estabelecida com os Jesuítas na década de 1930 (então na crista da onda anticomunista), será continuada na década de 1950, já reatualizada pelos insumos à esquerda, recebidos diretamente da Universidade de Louvain, e traduzidos no sentido do marxismo por padre Vaz.

Deve-se frisar que todo esse percurso, paradoxalmente, foi auxiliado pela fabricação de uma história e de uma hagiografia local diferenciada da pernambucana e que visava à constituição de uma mentalidade anticomunista. No caso, vale a pena lembrar que se reagia ao Levante Comunista de 1935, que fora especialmente violento no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, mas o incentivo da Diocese de Natal à devoção aos mártires de Cunhaú e Uruaçu (santificados em 2017 pelo Papa Francisco com o nome de “Protomártires do Brasil”), consolidada entre 1936 e 1937 em dois Congressos Eucarísticos locais. Vale colocar que a hagiografia local se amoldaria ainda à compreensão de Alceu Amoroso Lima, publicada em *A Ordem*, acerca do famoso discurso proferido por Luiz Carlos Prestes no Estádio do Club de Regatas Vasco da Gama em 1945: “a força do comunismo está na sua mística e nos seus mitos e não em sua doutrina” (Athayde, 1945).

Para tudo isso, a pronta tradução local da Encíclica *Mystici Corporis Christi* à luz da *Miserentissimo Redemptor* é um dos sedimentos que se deve pôr em relevo dentre as impressões mais antigas da colusão do catolicismo com o marxismo. Uma tradução que deve mais ao sentido literário que ao teológico em razão de se ter de passar rapidamente à ação em face da situação causada pelo desmantelamento das Bases estadunidenses no Rio Grande do Norte em 1945. Inclusive, deve se acrescentar que na tradução se aprontava também uma leitura local dos eventos internacionais na medida em que a ocupação de Roma pelo exército alemão havia colocado Pio XII sob a “proteção de Hitler”, apresentando a possibilidade de imobilização dos religiosos pelo político e se enfatizando a atuação dos leigos para que se fizesse possível a sobrevivência do catolicismo.

Deve-se lembrar que o sentido da transformação da colusão para o marxismo se exercita a partir da constatação de que o reacionarismo católico cederá o seu lugar para uma recepção numa estrutura engrenada pelo sentido entrevisto na discussão da Ação Social da Diocese, uma vez que as “virtudes cristãs” possuíam influxo social e pesariam no terreno social, econômico, técnico e político. Portanto, seria indispensável uma “Planificação”, visando à melhoria das condições materiais, ao desenvolvimento, mas também de uma pedagogia do “homem integral, no concernente à formação intelectual, moral e social” (Gurgel, 1943b). Algo que seria traduzido por dom Eugênio Sales num texto sintomaticamente nomeado de “Uma experiência pastoral em uma região subdesenvolvida” no seguinte tom:

O dinamismo social será *sinial* [grifado do autor] da Igreja para os homens do mundo em desenvolvimento, como a solicitude de Cristo para com os pobres e enfermos foi sinal de sua missão para

os homens de seu tempo (Sales, 1963, *apud* Ferraro, 2019, p. 457).

Certamente, nesses *escritos* se observa não apenas a contaminação do finito e do infinito, mas também da vida e da morte, a contaminação do empírico e do transcendental, enfim, o que também desconcerta e desorienta os *nostros* escritos e os historiadores.

## Referências

5ª SESSÃO das semanas de ação social – Conclusões. **A Ordem**, n. 2727, p. 4.

ATHAYDE, Tristão de [Alceu Amoroso Lima]. Distinguir - A propósito do discurso de Prestes. **A Ordem**, n. 2878, p. 19.

CAMARGO, Cândido. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1971.

CNBB. **Plano de emergência para a Igreja no Brasil** – Documentos da CNBB 76. Brasília: Edições CNBB, 2023.

CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto 1966-1970** – Documentos da CNBB 77. Brasília: Edições CNBB, 2024.

CLOIN, Thiago. Uma Evangelização em extensão e profundidade: O Movimento de Natal. *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (RCRB)*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 85, p.448-457, jun. 1962.

DIAS, Reginaldo. A história da Ação Popular escrita e reescrita por ela própria. **Diálogos**, v. 15, n. 1, p. 111-145, 2011.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2006.

FEHÈR, Ferenc. Marxismo Soviético. *In*: Bottomore, Tom (Ed.) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FERRARO, Alceu. **Igreja e Desenvolvimento – O Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

FERRARO, Alceu.; PEIXOTO, Renato (Org.). **Igreja e desenvolvimento - O Movimento de Natal** [2ª edição revista e ampliada]. 2ª ed. Natal: Jovens Escribas, 2019.

GIACOMAZZI, Gabriel. Alceu Ravello Ferraro (1935-2019): nos passos do primeiro reitor eleito da UFRGS. *In*: ALMEIDA, Doris et al. (Org.). **Doze histórias sobre a UFRGS – a pesquisa como resistência ao esquecimento**. Porto Alegre: Letra1, 2022.

GRIFFIN, Roger. An Unholy Alliance? The convergence between Revealed Religion and Sacralized Politics in Inter-war Europe. *In*: Nelis, Jan. et al. (Orgs.). **Catholicism and Fascism in Europe 1918 - 1945**. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 2015, p. 49-66.

GUERRA, Otto. A palavra cristianíssima de Jacques Maritain. **A Ordem**, n. 617, p. 1, 1937.

GURGEL, Francisco. A Ação Católica - Natureza e fins. **A Ordem**, n. 2334, 1943c, p. 1-2.

GURGEL, Francisco. A Ação Católica. **A Ordem**, n. 2333, 1943b, p. 1-3.

GURGEL, Francisco. Coração de Jesus e o Corpo Místico -- À luz da Teologia. **A Ordem**, n. 2280, 1943a, p. 1.

LIMA, Luiz. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses de uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979.

MARRATI, Paola. **Genesis and Trace**: Derrida reading Husserl and Heidegger. Stanford: Stanford University Press, 2005.

MEDEIROS, José. **Dom Marcolino Dantas: por ele mesmo**. Natal: EDUFRRN, 2009.

MENDES, Murillo. A religião não é o ópio do povo. **O Jornal**, n. 5061, 1936, p. 1-4.

MENDES, Murillo. Canja. Columna do Centro. **O Jornal**, n. 5526, 1937, p. 6.

MERTENS, C. R. Valère Fallon *In*. **The New Catholic Encyclopedia**, 2ª ed. Farmington Hills: The Catholic University of America, 2002, p. 615.

OPORTUNO Movimento. **A Ordem**, n. 2345, 1943, p. 1.

PAIVA, Marlúcia. A Igreja dos anos 50: O Movimento de Natal. *In*: ANDRADE, Ilza (Org.) **Igreja e Política no RN - Momentos de uma trajetória**. Natal: Sebo Vermelho, p. 15-40, 2000.

PEIXOTO, Renato. “Duas Palavras”: *Os Holandeses no Rio Grande* e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, p. 35-57, 2014.

PEIXOTO, Renato. A carta roubada de Jacques Maritain – o intransigentismo entre o fascismo e o maritainismo no Nordeste em 1937. **Reflexão**, v. 48, s./p. e238578, 2023a.

PEIXOTO, Renato. A primeira onda de ataques a Jacques Maritain na América do Sul (1937-1938): um estudo de caso pensando a anomalia junto aos conceitos de

interioridade e habitus. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 23, p. 10-33, 2023b.

PEIXOTO, Renato. Da Liga Eleitoral Católica à Reação Nacionalista: o percurso do Catolicismo brasileiro rumo à colusão com o Fascismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 10, p. 297-332, 2017.

PEIXOTO, Renato. Nas Laranjeiras: a viagem de Krishnamurti e Maritain ao Brasil e os conceitos de território e ritornello (1935-1936). **Revista de História da Unisinos**, v. 27, p. 373-387, 2023c.

PEIXOTO, Renato. System of the heavens: um exame do conceito de Colusão por meio do caso da criação do Núcleo da AIB em Natal. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 9, p. 121-150, 2016.

SALES, Eugênio. Carta do padre Eugênio Sales a Clemente Marianni, Ministro da Educação e Saúde, [c. 1947]. **Arquivo da Arquidiocese de Natal**. SCHRAM, Stuart. Mao Tsé-Tung. *In*. Bottomore, Tom (Ed.) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

SMITH, Christian. **The emergence of the liberation theology: radical religion and social movement theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

SOLIDARIEDADE da Congregação Mariana Acadêmica de Recife à sua coirmã de Natal do seu 25º aniversário. **A Ordem**, n. 2358, p. 3, 1943.n. 2334.

SOUZA, Herbert. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

ZANCA, José. **Cristianos Antifascistas: conflictos em la cultura católica argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

ZIOLKOWSKI, Eric J. History of Religions and the Study of Religion and Literature: grounds for alliance. **Literature and Theology**, vol. 12, n. 3 (September 1998), pp. 305-325.

ZIOLKOWSKI, Eric J. **Religion and Literature: History and Method**. Brill Research Perspectives in Religion and the Arts, vol. 3. Leiden: Brill, 2019.

*Enviado em 14/12/2023*  
*Aprovado em 07/05/2024*